



Epidemias no Sertão da Bahia: poder e práticas sociais no alvorecer do século XX

Cleide de Lima Chaves

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – e-mail: keuchaves@hotmail.com

O presente trabalho busca articular o aparecimento da epidemia de peste bubônica na cidade de Vitória da Conquista, interior baiano, entre 1927 e 1928, com as relações políticas, as condições de vida da população local e a estrutura de saúde existente no período. O surto de peste bubônica atingiu o Brasil em 1899 e a Bahia em 1904, alastrando-se para o interior do estado na década seguinte. Buscamos contribuir com estudos acerca da história da saúde e das doenças no interior do Brasil, haja vista que já há uma importante produção sobre boa parte das capitais brasileiras. A pesquisa se baseou nos jornais que circulavam na Bahia do período, nas atas do Conselho Municipal, nos registros de óbito e na bibliografia existente sobre a temática no Brasil e na América Latina. Partimos da compreensão de que o fenômeno epidêmico é capaz de revelar as práticas sociais, as relações políticas e a imagem que uma sociedade tem de si mesma. Concluímos que a epidemia revelou a inexistência de uma assistência médica-hospitalar na cidade, as rivalidades políticas que, em muitos momentos, dificultaram o combate à doença, e o cotidiano de uma cidade afetada pela peste.

Palavras-chave: Epidemia, Bahia, Peste, Medicina, Política.

Introdução

As duas primeiras décadas do século XX foram marcadas por três epidemias em Conquista. Primeiro a gripe espanhola em 1918, que havia chegado na Bahia nesse ano e se espalhou da capital para o interior do estado, atingindo muitas cidades (SOUZA, 2009). Em Conquista, atingiu relativo número de pessoas (SOUZA, 2013); depois a varíola que em 1919 e início de 1920 assolou a cidade; e, por fim, a peste bubônica que em finais de 1927 até meados de 1928 causou verdadeiro terror, ceifando muitas vidas na cidade. Os jornais da época, as atas do Conselho Municipal, bem como os livros de óbitos do período relataram o impacto e a comoção causada por tão horrendo mal.

Historicamente, as sociedades reagiram de maneira distinta ao surgimento de doenças e, ao mesmo tempo, as doenças – enquanto fenômeno biossocial – provocaram modificações importantes na organização das sociedades humanas. O aparecimento das enfermidades, seja na forma endêmica ou epidêmica, é

quase sempre um elemento de desorganização e de reorganização social; a esse respeito ela torna frequentemente mais visíveis as articulações essenciais do grupo, as linhas de força e as tensões que o traspassam. O acontecimento mórbido pode, pois, ser o lugar privilegiado de onde melhor observar a significação real de mecanismos administrativos ou de práticas religiosas, as relações entre os poderes, ou a imagem que uma sociedade tem de

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



si mesma (REVEL; PETER, 1988, p.144).

Metodologia

Inicialmente, foram feitos o levantamento bibliográfico, a leitura e o fichamento de estudos existentes sobre a história das doenças, sobre o nascimento do hospital, a ciência médica e sobre a história e o contexto da cidade de Vitória da Conquista. Também buscou-se bibliografia que discutisse a história política brasileira na Primeira República e as políticas de saúde existentes no período.

Em seguida, iniciou-se a pesquisa empírica com o levantamento, leitura e fichamento de variados documentos, tais como: as atas da Câmara Municipal, antigo Conselho Municipal, que mostraram as questões de saúde pública que eram debatidas nos plenários da Câmara e os discursos dos vereadores, que serviam de base para formulação de leis e medidas para a cidade; as atas das reuniões da irmandade da Santa Casa de Conquista, que evidenciaram os componentes da irmandade, as dificuldades e os objetivos da mesma; os estatutos administrativos; os jornais de circulação existentes na época, que discutiam os acontecimentos da cidade e divulgavam as notícias relacionadas às epidemias, como as de gripe espanhola, varíola e peste bubônica; e, por fim, os registros de óbito, que evidenciaram, através de dados numéricos, por meio da montagem de tabelas referentes a cada ano, informações como o número de óbitos, cor, gênero, idade, profissão, doenças, além de destacar quais casos tiveram assistência médica ou não. Esta documentação foi digitalizada, lida e devidamente fichada.

Resultados e discussão

Pretendemos articular o surgimento do surto epidêmico de peste bubônica com as condições sociais e as relações políticas estabelecidas, bem como as respostas produzidas pela medicina e pela sociedade para combater a doença na cidade de Vitória da Conquista.

Na medida em que os casos de pessoas acometidas pela peste se confirmavam e que as autoridades locais percebiam que não dispunham, sozinhas, de condições para combater a epidemia fez-se necessário a intervenção estadual. Nessa ocasião, o médico Regis Pacheco, intendente interino, solicitou do governo do estado, o Dr. Francisco Marques de Góes Calmon (1924-1928), que o mesmo tomasse as medidas cabíveis para combater o mal que alastrava a



cidade assustadoramente, já que cabia ao governo auxiliar os municípios em tempos de epidemia.

Atendendo ao apelo do intendente, em 28 de outubro de 1927 chegou à cidade de Conquista uma comissão sanitária composta pelos médicos Luiz Machado, Joel Oliveira, César Caldas e um guarda-sanitário de nome Durval César de Oliveira. Como chama a atenção Castro Santos (1998) acerca da investida sanitária nos Sertões da Bahia:

Quarenta e quatro equipes médicas foram enviadas aos sertões antes do término do ano de 1926. Várias se deslocaram para as localidades ao longo do rio São Francisco, afligidas pela malária. Quatro equipes dirigiram-se para a região de Lavras Diamantinas para combater novos surtos de peste. Quatro outras delegações médicas alcançaram o longínquo município de Barreiras e as áreas de criação de gado do oeste da Bahia.

A Comissão Sanitária tinha por objetivo o tratamento dos doentes e o combate à epidemia por meio de medidas profiláticas, instruindo o povo a exterminar os ratos e assearem rigorosamente suas casas comerciais e residenciais para evitar as pulgas, que são agentes transmissores da peste. Para o cumprimento de suas atividades a comissão se dividiu da seguinte forma: O Dr. Joel da Silva se encarregou do serviço de vacinação; o serviço de vigilância ficou a cargo do Dr. Cezar Corrêa Caldas; o guarda sanitário, Durval Cesar de Oliveira se responsabilizou pela função de desinfecção juntamente com oito ajudantes; e ao chefe da comissão, Dr. Luiz Machado, coube o serviço de administração, verificação de óbitos e atendimento aos infectados.

Conquista repetiu o receituário profilático de outras cidades, como Santos, Rio de Janeiro (NASCIMENTO; SILVA, 2013) e outras cidades latino-americanas (CUETO, 1997; MARQUEZ VALDERRAMA, 2001), que foi o de extermínio dos ratos – transmissores da doença – bem como a desinfecção das casas e de objetos. No jornal *A Semana*, pudemos encontrar as prescrições feitas pela Comissão Sanitária no dia 23 de dezembro de 1927, tomando por base os conhecimentos médico-científicos produzidos naquele momento, bem como levando-se em consideração a realidade local da cidade, como veremos abaixo:

Cauterizar a picada da pulga, conjurando assim um perigo maior; Guerra aos ratos quer por meio de ratoeiras, quer por meio de venenos; Queimar os ratos e animais outros julgados pestosos (gatos, preás, coelhos) e jogar água fervente num metro de raio de circunferência; **Pegar os cadáveres desses animais por meio de uma pinça feita de dois pauzinhos que, ao depois, deverão ser queimados; Acabar com cocheiras e chiqueiros, lugares procurados por ratos e guardar fechado o lixeiro, e queimar o lixo; Lavar a casa com soda ou potassa em água quente ou mesmo fria, ou com creolina; Varrer a casa com vassoura molhada em forte solução de creolina, depois queimar o lixo; Levantar os paióis de milho, de farinha etc., e depósito de algodão;**

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



Diminuir os trastes da casa afim de não haver esconderijos para os ratos; Não visitar pestosos; Abster-se de cachorros; Não estorvar as medidas reclamadas e indicadas pela comissão sanitária; Notificar qualquer doente com febre; **Guardar as comidas em vasilhames bem fechados, armários e guarda-comidas;** Tomar todos os pontos acessíveis a ratos; Soro-vacinar-se; Expurgar sua bagagem caso tenha pousado em foco de peste; Submeter-se ao tratamento pelo soro, quando logo a moléstia se declara ocasião ótima para a ação do soro, fora, pois, desta oportunidade o resultado é duvidoso; Submeter-se de boa vontade ao isolamento; Sair da casa onde houver pestoso e expurgá-la por vários dias; **Cimentar a sua casa doravante, principalmente a cozinha e a despensa, e cobrindo de cimento as paredes destes dois compartimentos até um metro de altura, impermeabilizando-as;** Ter asseio em seu corpo e em suas vestes; Folear galerias de ratos com vapores raticidas, enxofre, cianureto, etc (Destques meus)¹.

Algumas dessas medidas foram comuns nos momentos de epidemia, outras se adequavam à realidade local. No caso de Conquista, havia o fato de a cidade ser uma pequena vila, cuja maior parte da população residia na zona rural, e onde as casas serviam não apenas para as famílias viverem, mas alguns de seus cômodos eram depósitos da pequena produção agrícola e os quintais abrigavam chiqueiros (criatórios de porco) que eram uma importante reserva alimentar da população sertaneja em períodos de seca, assim como as cocheiras para cavalos, pois estes eram o único meio de transporte para uma cidade que ainda não possuía, nesse momento, nenhuma estrada importante que a interligasse a outros municípios maiores à época, sendo que as estradas de rodagem foram construídas no final dos anos 1940 e início dos anos 1950.

Outras medidas, como soro-vacinar-se, submeter-se ao isolamento e não visitar pestosos eram importantes para o combate da epidemia, mas que produziram resistência de parte da população. Essa resistência, no nosso entendimento, perpassava, especialmente, a esfera política pois, como afirmou Christiane Souza (2009) a epidemia acabou se tornando “instrumento político dos grupos diversos que disputavam o controle do poder”. Vejamos!

De acordo com o relatório produzido pela comissão sanitária, foi proposto pela comissão ao Dr. Regis Pacheco, intendente interino, “que fosse feito um isolamento, não o conseguindo apesar de todos os esforços empregados neste sentido²”, pois não havia local adequado. A estrutura de saúde em Conquista era precária nessa época e a cidade possuía,

¹ Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista. Jornal A Semana de 23 de dezembro de 1927.

² Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Republicana. Fundo: Sec. Interior e Justiça. Grupo: Diretoria Geral de Saúde Pública. Série: Relatório da Comissão Sanitária de Vitória da Conquista. Data – Limite – S/D. Cumpre registrar que este relatório foi encontrado incompleto no APEB e sem data, no entanto, a análise das informações existentes nele assegura se tratar da comissão que veio para Conquista debelar a epidemia de peste bubônica entre 1927 e 1928.



apenas, um pequeno prédio construído destinado ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia, inaugurado em 1919.

O intendente interino da cidade era, ao mesmo tempo, provedor da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, mas não houve grandes esforços para fazer funcionar essa instituição no período da sua gestão, de 1927 a 1928. O edifício ficou praticamente abandonado desde sua inauguração e não tinha condições de abrigar os doentes, como já destacamos em outro estudo (CHAVES, 2015) e, somente em 1930, o hospital passou a funcionar plenamente. Ou seja, a chegada da epidemia revelou a inexistência de condições mínimas para o atendimento aos doentes na cidade, haja vista que não havia outros serviços de saúde.

Ainda segundo o documento, eram fixados diariamente na porta principal do Conselho Municipal, informes sobre o estado sanitário da cidade, bem como sobre os trabalhos realizados pela comissão. O documento em questão também relata a eficácia do soro de yersin utilizado para o tratamento dos infectados.

O relatório destacou também que os resultados do trabalho desenvolvido pela comissão não foram melhores em função dos alarmistas locais, a exemplo do Sr. Esmeraldo Andrade, que escondia os doentes, sendo estes descobertos três ou quatro dias após o início da moléstia, o que, muitas vezes, inviabilizava a cura. Além disso, “o serviço obrigatório de verificação de óbitos estabelecido pela Comissão veio revelar vários óbitos que ocorreram em indivíduos que eram ocultos pelos parentes ou responsáveis”³. Esse fenômeno de esconder os doentes e ocultar os cadáveres era recorrente em períodos de epidemia, em diversas regiões e temporalidades.

Como afirma Jean Delumeau (1993, p.124), em períodos epidêmicos ocorre “a abolição da morte personalizada”, ou seja, os rituais de enterramento são suspensos em função do perigo do contágio e do excesso de cadáveres produzido pela epidemia. Nesse sentido, os familiares ocultavam a causa da morte para manter preservado o importante ritual católico de enterrar seus mortos e salvar suas almas.

Aparece, então, outro elemento que foram as disputas políticas, reveladas através do nome de Esmeraldo Andrade que, à época, fazia ferrenha oposição a Régis Pacheco, que era ainda um principiante na política local, mas que já despontava como grande liderança. De acordo com Belarmino Souza (1999, p.131-132), a ascensão de Régis Pacheco

foi sendo alcançada gradativamente pela ocupação de espaços na sociedade

³ Idem, Ibidem.



conquistense: fora o candidato da Concentração Republicana de Conquista em novembro de 1923; foi eleito Conselheiro Municipal em 1925 e como Presidente do Conselho, completou o mandato de Paulino Santos que havia renunciado em 1927; em 1926, foi eleito Vice-Presidente da primeira Associação Comercial de Conquista (havia comprado a Farmácia Oliveira); entre 1927 e 1928 exerceu a condição de Provedor da Santa Casa de Misericórdia; no ano de 1930, ocupava mais uma vez a condição de Presidente do Conselho Municipal, Vice-Presidente do Diretório Partido Republicano da Bahia, sócio-fundador da Associação dos Fazendeiros e Agricultores do Sertão e do Sudoeste Baiano (maio) e Presidente da Diretoria do primeiro Tiro de Guerra (julho). Régis Pacheco se tornou, ao longo da década de vinte, a nova grande liderança política em Conquista, tendo com seu grupo o controle da municipalidade.

As críticas da imprensa faziam parte do jogo de poder existente na cidade. Os jornais oposicionistas costumavam fazer o papel de aterrorizar a população e de eleger os responsáveis pela epidemia. Foi, portanto, o jornal *A Semana* que revelou e confirmou a informação dada pela Comissão Sanitária em seu relatório. No entanto, para o periódico, Esmeraldo Andrade estava sendo perseguido politicamente porque “havia espalhado uns boletins dizendo que a peste continuava como você está vendo: faltava isolamento, medicação, melhor profilaxia”⁴. Ou seja, para os oposicionistas, ele só havia tecido corretas críticas acerca das péssimas condições da cidade e do despreparo das autoridades para debelar a doença.

Não nos interessa aqui saber quem está dizendo “a verdade”, mas o que essas discussões revelaram do ponto de vista da relação da população conquistense com a epidemia. Além dos comportamentos coletivos em tempo de peste, havia a contribuição dos opositores políticos, que incitavam as pessoas a não atenderem às exigências da Comissão Sanitária, com o objetivo de desmobilizar e enfraquecer o poder político de Régis Pacheco e seu grupo.

Os embates políticos em torno da epidemia de bubônica ocorreram não somente em nível local. O jornal da capital intitulado *O Combate*, nitidamente oposicionista ao governador Góes Calmon, informava, em uma matéria de capa com o título “Uma visão macabra da Bahia atual. O rol impressionante das pestes que infestam os domínios do sr. Goes Calmon” a existência do surto em Conquista:

No município de Conquista a peste bubônica irrompeu de maneira impressionante, o que é autenticado pelo próprio comunicado telegráfico, que ao sr. Barros Barreto fez ao diretor de Higiene do Estado de Minas, em data de 4 do corrente. Ei-lo: ‘Irrompeu município Conquista pequena epidemia mal de Yersin, constante cerca doze casos humanos acompanhados grande --- roedores [...] Governo da Bahia já enviou comissão médica devidamente aparelhada afim dar combate mal. Último telegrama chefe comissão recebido ontem informa

⁴ Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista. Jornal *A Semana* de 23 de janeiro de 1928. (83) 3322.3222
contato@coprecis.com.br



existirem seis casos em tratamento. Cordiais saudações'. Por mais que o sr. Barros Barreto quisesse atenuar as cores da situação, vê-se nitidamente que ela é gravíssima. O número de casos, naquela data, isto é, o começo da epidemia ia além de uma dezena! Nem Pangloss se mostraria tão otimista quanto o sr. Barros Barreto, mesmo porque a Pangloss faltava a qualidade de gestor de governador, qualidade que torna escandalosamente cor de rosa a visão das coisas.⁵

Vale destacar, no relato do jornal, o telegrama enviado que anunciava o “mal de Yersin”, escamoteando a peste bubônica e diminuindo a sua importância. O desenrolar dos acontecimentos provaram que o parecer de Barros Barreto estava equivocado.

Na capital do Estado, a oposição seabrista ao novo governo de Góes Calmon (1924-1928) fazia ferrenhas críticas a Barros Barreto, que “com a entrada de Góes Calmon no governo baiano, o médico pernambucano se tornou o chefe da Subsecretaria de Saúde e Assistência Pública, transformada em Secretaria de Saúde e Assistência Pública no ano de 1927, e conduziu o processo de mudanças sanitárias” (BATISTA, 2017, p.157). Barros Barreto tinha larga experiência administrativa, mas sofreu muitas críticas por ser genro do novo governador e por não ter tomado providências para impedir, mais adiante, a chegada da epidemia de peste bubônica em Salvador em janeiro de 1928, como ressalta Ricardo Batista (2017, p.160)

O secretário afirmou que não havia explicação científica para o surgimento daquela doença, recorrente em todo o mundo, e que agiu com rapidez desde a notificação do primeiro caso, ao colocar em prática as medidas “demonstradas eficazes pela moderna thecnica sanitária”. Ao seu modo de ver, a Secretaria estava preparada para agir e a população não poderia se deixar influenciar pelos “[...] desvarios partidários de alguns órgãos de imprensa desvirtuados de sua verdadeira função social.” O relato de Barros Barreto demonstra como as questões político-partidárias integravam o cotidiano das ações sanitárias na Bahia e como se tentava construir, com o apoio da imprensa, uma opinião pública negativa a seu respeito.

A análise de Batista (2017) de que as disputas partidárias interferiam nas ações sanitárias também se confirma para o caso de Conquista, como já destacamos o caso de determinados indivíduos que contribuía para a ocultação de enfermos e faziam campanha contra as medidas adotadas pela Comissão Sanitária. Os interesses políticos dos grupos oligárquicos estavam acima da segurança e da saúde da população, ainda que uma tática política de ocultar doentes tivesse feito eco aos desejos populares, que resistiam em se afastar dos seus parentes e almejavam enterrá-los dignamente.

⁵ Jornal O Combate de 25 de novembro de 1927. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720186&pasta=ano%20192&pesq=>. Acessado em 25 julho 2016. (83) 3322-3222



O relato de Barros Barreto acerca da peste bubônica em Salvador nos provoca uma reflexão, pois o secretário afirmou não ter explicação para o surgimento daquela doença na capital. No entanto, era de conhecimento das autoridades e de parte da população letrada – através da divulgação nos jornais – da existência de um surto epidêmico em Vitória da Conquista meses antes da peste surgir na capital. A doença não teria feito o caminho inverso, do sertão para o litoral, nesse momento? Isso é o que o próprio jornal soteropolitano afirma em sua edição de 26 de janeiro de 1928, em uma matéria intitulada “A bubônica alastra-se, dia a dia, através de todo o Estado, do sertão ao litoral”, afirmando que “a começo, era apenas em Conquista, logo depois em Poções, ameaçando Boa Nova e Jequié. Afinal, a peste bateu às portas da capital. A Saúde Pública acaba de fechar todo um quarteirão da Praça Deodoro, por ter ali se verificado um caso suspeito”⁶. A doença fazia, assim, um percurso incomum, haja vista que ela adentrou o país pelos portos e se interiorizou e não o contrário.

O relatório da Comissão Sanitária de Conquista evidenciou, ainda mais, elementos das rixas políticas, ao afirmar que “para os alarmistas o soro era veneno mortal e uma vez aplicado matava imediatamente o doente”⁷. Para além das perseguições, encontramos nos registros de óbito o caso de uma mulher branca de 40 anos de idade, doméstica, que faleceu após a soro-vacinação antipestosa aplicada pelo Dr. Luiz Machado, o que pode ter contribuído para aumentar ainda mais o medo da vacina⁸.

Em Conquista, os casos de peste aumentaram no mês de janeiro de 1928. O jornal *A Semana* publicou a seguinte notícia com o título “A cidade enlutada. O surto terrificante do mal levantino – mais de 100 casos fatais. O êxodo da população apavorada”⁹. Tal publicação evidencia que a epidemia não estava em seu decurso final, como havia retratado a nota publicada por este jornal no dia 3 de dezembro de 1927. No começo de 1928, “devido a falta de providências imediatas, energéticas, prudentes, o mal, a terrível peste negra que aqui surgira há mais de 3 meses tomou proporções imprevistas”, portanto o periódico *A Semana* atribuiu a culpa da propagação da peste aos poderes municipal e estadual. Ao municipal pela demora em solicitar a ajuda estadual, e a este pelo envio de uma comissão não devidamente equipada.

⁶ Jornal *O Combate* (Salvador) de 26 de janeiro de 1928. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720186&pasta=ano%20192&pesq=>>>. Acesso em 25 julho 2016.

⁷ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção Republicana. Fundo: Sec. Interior e Justiça. Grupo: Diretoria Geral de Saúde Pública. Série: Relatório da Comissão Sanitária de Vitória da Conquista. Data – Limite – S/D.

⁸ Fórum João Mangabeira de Vitória da Conquista. Livro de registro de óbitos da cidade de Conquista de 1927-1928.

⁹ Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista. Jornal *A Semana* de 23 de janeiro de 1928. (83) 3322.3222
contato@coprecis.com.br



Na mesma edição do dia 23 de janeiro de 1928, *A Semana* publicou a morte da senhora Maria Anísia de Jesus. O título da nota - *Coisa que revolta* - retrata o teor alarmante adotado pela imprensa. O texto do jornal abaixo descreve as dificuldades enfrentadas pela família da falecida para realização de seu sepultamento:

Em um domingo a tarde, vítima da peste bubônica, faleceu a infeliz Maria Anísia de Jesus que vivia com o velho Ignácio de Souza Meira. Achando-se na maior miséria, o pobre velho viu-se no transe mais desesperado de sua vida, ante o cadáver da que lhe fora companheira, na impossibilidade, por falta absoluta de meios de dar-lhe sepultura. Era de cortar o coração vê-lo pelas ruas da cidade na alucinação dessa dor, no abandono em que se via com uma filhinha nos braços, procurando embalde, pedindo em vão meios de fazer o enterro de sua pobre companheira. A noite daquele dia velou, ele só, o cadáver, pois que da sua casa todos esquivavam como dum lugar maldito. A caridade com que lhe fechara as portas. Tudo lhe negaram, até o esquife para o transporte do cadáver ao cemitério. E o enterro se fez, envolto o cadáver uma esteira, pendurado em um pau e conduzido pelo desgraçado velho e dois homens do povo. Oh Deus! Apiedai-vos desta terra¹⁰!

O caso descrito exemplifica o medo das pessoas em tempos de epidemia, medo este que faziam com que muitos laços e costumes se rompessem. Amigos abandonavam amigos, pais abandonavam filhos e filhos abandonavam seus pais, maridos e esposas já não dormiam juntos. Tudo isso por medo da contaminação. Além dos vínculos afetivos que foram comprometidos, as pessoas tiveram que abandonar certos costumes. O ritual da morte, no caso relatado acima, por exemplo, foi extinto (DELUMEAU, 1989).

A notícia evidencia também a pobreza e a miséria em que viviam muitas pessoas da cidade, que não possuíam sequer recursos para adquirir um caixão e enterrar dignamente seus familiares. O desespero, o desassossego, o medo e o horror pairavam sobre Conquista. A peste prosseguia invadindo os quatro cantos da cidade. As mudanças foram radicais – o comércio paralisou-se e as escolas fecharam suas portas. O cenário era de uma cidade parada e isolada, como percebe-se na nota abaixo:

A vida tornou-se caríssima nesta cidade, porque, se terrível é o mal que nos veio como castigo tremendo, se indescritível quase é a desolação que aqui paira, horríveis são as notícias que se tem espalhado por ali a fora e, por isto, a Conquista está isolada, como uma terra maldita nas vastidões do sertão baiano¹¹.

¹⁰ Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista. Jornal A Semana de 23 de janeiro de 1928.

¹¹ Idem. Jornal A Semana de 23 de janeiro de 1928.



Os livros de óbitos do ano de 1927 constam que 33 pessoas faleceram em consequência da peste¹², quase 23% das mortes registradas naquele ano. Muitos morriam sem que seus familiares fizessem a notificação do motivo do óbito, isto porque, admitindo ser em decorrência da bubônica, seriam proibidos da realização do funeral. Esse fato indica a possibilidade de terem ocorrido muito mais que 33 mortes. Essa estatística comprova que a Comissão Sanitária não estava a par da propagação da doença ou não queria admitir a situação de calamidade perante o governo estadual; comprova ainda que a população tinha, de fato, muitos motivos para alarmar-se, principalmente porque o grau de mortandade aumentou no ano seguinte. Com base nos registros de óbitos do ano de 1928 o número de mortes foi de 41 por peste¹³, o que equivale a aproximadamente 32% dos mortos registrados no livro de óbitos, podendo ter sido mais, em função do ocultamento de cadáveres e dos doentes por parte dos parentes, como já relatado anteriormente.

Descrentes das providências propostas por parte das autoridades, a população recorria à fé e ao sentimento religioso. Voltavam-se em súplicas pelo fim da peste ou aceitavam a doença como quem aceitava um flagelo enviado pelo próprio Deus. As pessoas consideravam que a peste era sinônimo da ira divina; tratava-se de um castigo pelos pecados e iniquidades dos homens (LEWINSOHN, 2003).

Este, segundo a imprensa, era o pensamento da população, ao que parece, não só da massa popular, como também da elite do período. Assim faz-se crer a nota abaixo:

Para fazer chamar o cumprimento de seus deveres religiosos [...] Deus manda o castigo, de quando em vez, a coletividade como fazem os pais justiceiros, que sem esquecer o muito amor voltado aos filhos, castiga-os, quando é preciso, encaminhando-os assim, melhormente na prática do bem [...] Esta estremecida Conquista, por certo não estaria tão distanciada do olhar de Deus, e cremos piamente que esses seis meses de horrível epidemia, mais não foram que uma advertência do criador, para que mais o amemos e confiemos mais em sua benignidade e retidão insuperáveis¹⁴.

O trecho foi publicado após o fim da epidemia. Conquista encontrava-se, de acordo com o periódico, em ação de graças pela misericórdia divina. Aqueles que temiam a volta da peste e não acreditavam que esta havia chegado ao fim eram vistos como pessimistas e perversos, que não acreditavam no poder divino.

No começo de 1928, o desespero fez com que as pessoas procurassem refúgio nas fazendas de José Gonçalves e nos municípios vizinhos como Poções e Angicos. Este era o

¹² Fórum João Mangabeira de Vitória da Conquista. Livro de registro de óbitos da cidade de Conquista de 1927-1928.

¹³ Idem. Livro de registro de óbitos da cidade de Conquista de 1927-1928.

¹⁴ Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista. Jornal A Semana de 21 de abril de 1928.



mecanismo de fuga adotado pela população com o fim de evitar ou, ao menos, adiar a contaminação, mas nem todas as pessoas podiam se retirar da cidade por não dispor de recursos financeiros para isso, pois Conquista ainda era uma pequena e pobre cidade sertaneja. Pelas atas do Conselho Municipal, percebemos que quem conseguiu fugir da peste foram os fazendeiros e políticos locais, como fica explícito na ausência dos conselheiros às reuniões do Conselho Municipal:

Ata da sessão ordinária do Conselho Municipal do dia 16 de fevereiro de 1928 [...]. Foi levado ao conhecimento do presidente pelo secretário deste conselho que deixou de efetivar a entrega dos ofícios aos senhores suplentes convocados, por acharem-se os mesmos ausentes desta cidade, pelo fato de estar grassando com muita intensidade, em todas as ruas da urbis a epidemia do mal levantino [...] Atendendo a falta de número legal pelo não comparecimento dos senhores membros efetivos que, depois de comparecerem a três sessões, receosos se retiraram desta cidade devido a epidemia reinante e também pela ausência dos senhores suplentes, o senhor presidente resolveu suspender os trabalhos deste conselho até que se normalizasse a vida nesta cidade¹⁵.

A epidemia se encerrou em abril de 1928, de acordo com notícia publicada no jornal *A Semana*. Enfim, as atividades começavam a se normalizar:

Eis que se reabrem as escolas; invocam-se aos céus as aleluias sorridentes dos hinos colegiais e já se vê pelas ruas o espetáculo festivo, divinamente alvissareiro da criançada bizarramente vestida, ostentando os seus belos uniformes escolares, cada grupo em direção à casa sagrada em que os mestres risonhos, sacerdotes benditos, esperam os discípulos para os abraçarem com ternura, com a mais deliciosa satisfação. Graças a Deus, acabou a peste! Que possamos dizer sempre e sempre, estas ditosas palavras são os ardentes votos de “A Semana”¹⁶.

Conclusão

O modelo político brasileiro da Primeira República dificultava ações mais permanentes nas áreas de saúde e educação, pois a ajuda do Estado aos municípios era mínima e as necessidades locais eram muitas. Conquista esperou ainda algumas décadas para que possuísse um sistema de saúde pública mínimo, capaz de prestar assistência à sua população pobre, em paralelo à expansão do setor privado de saúde na cidade.

O estudo do fenômeno epidêmico revelou o cotidiano da cidade de Conquista, as relações e tensões políticas existentes e a falta de infraestrutura médico-hospitalar para socorrer as dezenas de pacientes. A epidemia de peste, provavelmente, contribuiu para o

¹⁵ Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista. Ata do Conselho Municipal de 16 de fevereiro de 1928.

¹⁶ Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista. Jornal *A Semana* de 21 de abril de 1928. (83) 3322.3222 contato@coprecis.com.br



fortalecimento do político Régis Pacheco que, mais uma vez, atuou como médico e político para debelar um surto epidêmico na cidade, bem como para a retomada dos trabalhos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, que conseguiu, a partir de 1930, abrir em definitivo o hospital filantrópico São Vicente de Paulo (CHAVES, 2015).

Apesar de a epidemia ter chegado ao fim na cidade de Conquista em abril de 1928, é certo que, ainda hoje, o Nordeste, a Bahia e o planalto da Conquista são focos naturais da doença, circunscritos às áreas silvestres. As medidas de controle da peste contribuíram para a erradicação da doença nas zonas urbanas, no entanto ainda permanece como uma ameaça em diversos países do mundo inteiro, inclusive no Brasil (BRASIL, 2008).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BATISTA, Ricardo dos Santos. *Sífilis e Reforma da Saúde na Bahia (1920-1945)*. Salvador: EDUNEB, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. *Manual de vigilância e controle da peste*. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

CHAVES, Cleide de Lima. Crescência Antunes da Silveira: um médico filantropo baiano. In: SANGLARD, Gisele et al. (org.). *Filantropos da nação: sociedade e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p.95-112.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LEWINSOHN, Rachel. *Três epidemias: Lições do passado*. São Paulo: Editora UNICAMP, 2003.

MARQUEZ VALDERRAMA, Jorge. ¿Rumores, miedo o epidemia? La peste de 1913 y 1914 en la costa atlántica de Colombia. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 133-171, jun. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 29 jul. 2017.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; SILVA, Matheus Alves Duarte da. "Não é meu intuito estabelecer polêmica": a chegada da peste ao Brasil, análise de uma controvérsia, 1899. *História, ciências saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, supl. 1, p. 1271-1285, nov. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702013000501271&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 31 jul. 2017.

REVEL, Jacques; PETER, J. P. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, J. & NORA, P. (orgs). *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1988, pp.141-159.

SOUZA, Belarmino Jesus. *Arreios, currais e porteiras*. Uma leitura da vida política em Conquista na Primeira República. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1999.

SOUZA, Christiane Maria Cruz d. Redes de poder e solidariedade nos sertões da Bahia. In: CHAVES, Cleide de Lima (org.). *História da saúde e das doenças no interior da Bahia: séculos XIX e XX*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013, p.43-82.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. *A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Salvador: Edufba, 2009.